



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A CONSTITUIÇÃO DA DIFERENÇA NA INDIVIDUALIDADE E NA FORMAÇÃO HUMANA: UMA CARTOGRAFIA DA CONCEPÇÃO DO CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Larissa Monique de Souza Almeida^{§§§§§§§§§§§§}
(UESB)

Luiz Artur dos Santos Cestari^{*****}
(UESB)

RESUMO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de Mestrado em andamento e tem como objetivo apresentar alguns indícios para o estudo das noções de individualidade e de formação humana na proposta do currículo organizado em ciclos de formação humana. Tomamos como base os deslocamentos destas noções em dois planos da sua constituição: O pensamento pedagógico do educador brasileiro Miguel Arroyo e o currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Jequié, na Bahia. A partir da perspectiva pós-estruturalista de Gilles Deleuze e suas implicações teóricas para os estudos dos processos formativos, delimitamos os planos de estudos baseados no seu conceito de plano de imanência, indicados aqui como o plano das elaborações teóricas e o plano das intervenções práticas. Também inspirados neste autor, utilizamos os princípios da cartografia com o intuito de acompanhar na proposta pedagógica os endereçamentos destes conceitos e suas aspirações para a formação da criança.

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED) na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Faz parte do Grupo de Pesquisa sobre a Circulação de Ideias Pedagógicas no Pensamento Pedagógico Brasileiro Recente (CIPED/CNPq). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: larymonik2@hotmail.com.
- Orientador. Doutor em Educação (UFPE). Professor do curso de Pedagogia (Adjunto) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), ambos pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordena o Grupo de Pesquisa sobre a Circulação de Ideias Pedagógicas no Pensamento Pedagógico Brasileiro Recente (CIPED/CNPq). E-mail: lacestari@hotmail.com.

§§§§§§§§§§§§



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Fundamental, Formação Humana, Individualidade.

INTRODUÇÃO

As noções de individualidade e formação humana nos direcionam para pensar os processos formativos sob duas dimensões do campo educacional: A dimensão constitutiva do *ser*, ou seja, o que tem sido o indivíduo como processo de subjetivação em acordo com as demandas que lhe impõem as formas de socialização determinantes; e a dimensão do *dever ser*, entendida aqui como o lugar das intencionalidades e do que há de potencial para afirmar sobre a constituição de outros processos de subjetivação.

Para tanto, destacaremos algumas ideias. Primeiramente, acreditamos que a concepção de formação humana deve perpassar todo o currículo escolar, considerando a faixa etária das crianças e os objetivos educacionais destacados para o momento escolar em que estiverem inseridas. Formar a criança, além de outras medidas, deve ressaltar o acompanhamento dela em seu processo formativo, viabilizada por uma avaliação sistematizada e constante da proposta pedagógica e da criança.

Em segundo lugar, compreendemos que o currículo organizado em ciclos de formação humana é uma intervenção ousada na tentativa de superar a organização escolar seriada, os currículos gradeados e a organização dos tempos. Logo, busca sair de um tempo de sequência, linearidade, previsibilidade, para tempos de interações dos sujeitos com seus espaços, suas trajetórias e suas contradições. Portanto, podemos defender que os ciclos de formação humana apresentam-se como uma proposta pedagógica baseada na temporalidade do desenvolvimento humano que busca organizar o currículo a partir da grande categoria, o tempo.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

unidade. Entende que há conexões existentes entre os múltiplos elementos que formam um real social, e estes se mantêm num fluxo constante de interação e relação. Sendo assim, ele rompe com as dicotomias e/ou com a dialética, superando-as pela noção de multiplicidade, dando abertura para a complexidade, para tecer junto.

Numa perspectiva pós-estruturalista não podemos dizer que a realidade abarca a totalidade, aliás, a própria totalidade não existe, o que temos são fragmentos, e estas partes do todo são multiplicidades, que não se esgotam nelas mesmas, mas conectam-se por rizomas. Este impulso e abertura para o novo conferido pelo rizoma permite evidenciar que no entre, os processos são modificados e o objeto vai sendo escrito de forma singular por cada sujeito. O objeto é um texto. É a palavra que articula a realidade. Pela linguagem os fluxos e os devires são agenciados, pelos quais os fenômenos sociais são impressos. O objeto, portanto, é construído, não existindo o *a priori*, assim como a realidade é fluxa e movente.

A cartografia, não entendendo como um modelo, mas como uma proposta política de organização da pesquisa. Tomando como referência as ideias de Deleuze, é uma possibilidade de inventar as relações entre sujeito e objeto num dado real social. Cartografar traduz-se em acompanhamento de processos de subjetivação, tentativa de objetivar os processos singulares que compõem o sujeito. Levando o pesquisador a movimentar o pensamento, a cartografia permite conhecer o porvir, o que está acontecendo na escola, já que o devir, o vir a ser, não pode ser capturado, mas inventado (DELEUZE E GUATTARI, 1995). Para isso, utilizamos a análise documental com o intuito de conhecer a proposta pedagógica dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Jequié.

Diante do que foi apresentado, devemos chamar atenção para o aspecto de que, temos que compreender a individualidade como diferenciação e constituição de subjetividades, ou seja, como modos de ser do sujeito, ressaltando que há mudanças na concepção de subjetividade a partir da relação social. Alguns



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

aspectos são importantes diante deste conceito. De início, podemos corroborar que a realidade é fluxo e a filosofia deleuziana é baseada na repetição que torna algo diferente e evita a representação. Contudo, as relações de poder cristalizam uma dada representação e o pensamento assume um papel criativo: Criar outras formas de tratar a realidade.

Em seguida, destacamos que andar nos limites tem grande relevância diante deste aspecto, modificando totalmente a relação da estrutura dada ao partir de cada indivíduo através de uma atitude individual. Sendo assim, é mais salutar explicar como as coisas funcionam ao invés de dizer o que elas são. Aberto ao jogo, o indivíduo agencia (Age na realidade operando deslocamentos), e a noção de individualidade vai se constituindo como diferença. Poderíamos questionar: Afinal, o que é a individualidade? Contudo, a pergunta problematizadora muda um pouco de direção: Quais as condições que levaram a individualidade a tornar-se o que ela é?

Entendemos assim, que o plano de imanência pode ser considerado a imagem do pensamento, o que pertence de direito ao pensamento, o que está retido como traço diagramático em si.

O plano de imanência é ao mesmo tempo o que deve ser pensado e o que não pode ser pensado. Ele seria o não-pensado no pensamento. É a base de todos os planos, imanente a cada plano pensável que não chega a pensá-lo. É o mais íntimo no pensamento, e todavia o fora absoluto. (DELEUZE E GUATTARI, 2010, p.73).

Possivelmente podemos trazer a ideia de que o plano de imanência, ou seja, a imagem do pensamento, o plano de constituição da noção de individualidade e formação humana no ciclo de formação humana, começou a ser traçada no movimento do infinito incessante pelo interesse crescente no Brasil em aumentar o número de anos do ensino obrigatório. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Educação Nacional (LDBEN) sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade. Este se tornou meta da educação nacional pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o PNE. A meta 2 objetivou universalizar o Ensino Fundamental de Nove Anos para toda população de 6 a 14 anos, incluindo a criança de seis anos de idade, com duas intenções: “Oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade” (BRASIL, 2004, p. 14).

Temos então a importância da flexibilidade e criatividade na organização da educação básica. Os ciclos são períodos de escolarização que diferentemente das séries anuais estão organizados em blocos que podem variar de dois a cinco anos de duração, destacando a escolaridade em graus e representando uma tentativa de superar a fragmentação e desarticulações do currículo. Além de uma mudança organizacional da lógica curricular, eles provocam a não aceitação das desigualdades através da perspectiva de não-repetência, buscando entre outras medidas, romper com a fragmentação decorrente da proposta seriada. Tais modificações fazem parte de um projeto que tende a garantir a diminuição de um grande contingente de alunos. Até então eles encontravam excluídos da escola básica, e, ao oferecer condições para que eles permaneçam na escola, coaduna em mudanças nas concepções de tempo, espaço, cultura.

Nos últimos anos no campo da reorganização dos sistemas de educação, um grande número de escolas da Educação Básica tem optado por organizar o currículo do Ensino Fundamental em ciclos. No Brasil, em outros países da América Latina e em alguns países europeus, tem se efetivado a noção de que esta forma de organização corresponde à melhor perspectiva para garantir a aprendizagem dos educandos e educandas, além de possibilitar a realização de uma educação democrática.

Ao relatar sobre a origem dos conceitos, Deleuze e Guattari (2010, p. 11) evidenciam que eles não são necessariamente formas, produtos ou achados, pois



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

“os conceitos não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que o criam.”, ou seja, toda criação é dotada de uma singularidade, e o conceito compreendido como uma ação filosófica é, portanto, uma singularidade. Por sua vez, os conceitos são formados por linhas que tentam sair do caos remetendo a problemas sem os quais não teria sentido e que devem ser compreendidos na medida de sua solução: Só há conceitos em função dos problemas que se consideram mal vistos ou mal colocados. Os componentes dos conceitos têm traços intensivos e não são formados por energias, apenas por intensidades.

Quando perguntamos, por exemplo: Como pensar numa prática pedagógica que pense a escolarização sem perder de vista a formação do ser em seus tempos de vida? Temos lançado um problema que é evidenciado no Brasil através de debates sobre possíveis mudanças na estrutura tradicional da educação básica, advindos de questionamentos sobre o que as crianças estão aprendendo, a qualidade deste aprendizado, a garantia da permanência na escola e sobre as relações que elas estabelecem com os seus pares. Percebemos que as situações e procedimentos cristalizados pelos anos de instituição escolar são colocados em xeque, assim como a rotina e o sentido destas para a formação das crianças. Diante disto, entram em pauta inúmeras indagações, dentre elas, aquelas sobre a estrutura espacial da escola, os currículos e o tempo escolar, problematizando de forma geral a educação básica brasileira.

Num primeiro plano, temos a elaboração de uma proposta de ciclos de formação humana, encontrada em Arroyo (2011), apontando a importância de desenvolver os educandos na especificidade de seus tempos-ciclos, da infância, da adolescência, da juventude ou da vida adulta. O autor revela uma possibilidade de dialogar com outro olhar sobre os educandos, reconhecendo sua condição de sujeito de direitos, novas sensibilidades e proximidades com suas trajetórias humanas e escolares. Conhecendo essa peculiaridade, percebemos a dificuldade na



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

articulação dos tempos de viver com os tempos da escola. O autor aponta uma problemática para pensarmos nas crianças e seus respectivos tempos de vida: “O que fizemos da infância?” Arroyo (2011, p. 86) faz um importante destaque para tal fato:

A incorporação de crianças de seis anos junto com as de 7 e 8 anos significa um avanço no sentido de aproximar e tratar o que há em comum nesse último tempo de infância. Consequentemente será um avanço se essa entrada significar que as crianças de 7 e 8 anos serão também respeitadas na especificidade do seu tempo. [...] Reduzir a infância à condição de aluno, pré-escolar, escolar, tem agido em nossa história como um dos processos perversos de negar o direito a viver a infância e de negar seu direito a uma proposta específica de formação em seu tempo humano.

Pensando no contexto da prática do Ciclo de Formação Humana, a incorporação das crianças de 06 anos junto com as de 07 e 08 anos, significa um avanço no sentido de aproximar e tratar o que há em comum nesse último tempo de infância. Consequentemente será um avanço se essa entrada significar que estas crianças também serão respeitadas na especificidade do seu tempo. Não pode acontecer é a redução da infância à condição de aluno, pré-escolar, escolar mediante a negação do direito das crianças a viverem a infância e a terem uma proposta específica de formação em seu tempo humano (ARROYO, 2011).

As instituições escolares defrontam-se com as tensões existentes entre uma perspectiva de avaliação contínua do processo de aprendizagem realizada no interior da escola e à rigidez dos parâmetros das avaliações externos no âmbito dos sistemas escolares. A expectativa é que as escolas utilizem meios para levar o aluno ao aproveitamento das atividades escolares tendo em vista seu desenvolvimento de acordo com os ritmos, estilos e experiências pessoais. Os professores são orientados a rever seus procedimentos avaliativos, buscando



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

estratégias para revelar o desenvolvimento global do aluno sem seus mais variados aspectos.

Logo, evidenciamos que a concepção de formação humana deve perpassar todo o currículo escolar, considerando a faixa etária das crianças e os objetivos educacionais destacados para o momento em que estiverem inseridas. O currículo organizado em Ciclos de Formação Humana é uma intervenção ousada na tentativa de superar a organização escolar seriada, os currículos gradeados e a organização dos tempos, pois busca sair de um tempo de sequência, linearidade, previsibilidade, para tempos de interações dos sujeitos com seus espaços, suas trajetórias e suas contradições, ou seja, respeitando as crianças como sujeitos de direitos.

ENDEREÇAMENTOS DA INDIVIDUALIDADE E DA FORMAÇÃO HUMANA NUM CURRÍCULO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em outro plano, visualizamos na proposta pedagógica dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Jequié, a concepção de formação humana, a organização do tempo e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, com o intuito de traçar a noção de individualidade e formação humana presente no referido documento.

Na proposta pedagógica do município de Jequié (2008) há alguns aspectos que merecem ser frisados. Assim como em Belo Horizonte, a escolarização regular contemplou as crianças de 06 anos, e foram estabelecidos três ciclos, com três anos cada, para o Ensino Fundamental: Ciclo de Formação Humana I (1^a ao 3^o ano); Ciclo de Formação Humana II (4^o e 5^o ano) e Ciclo de Formação Humana III (6^o ao 9^o ano). Os Ciclos de Formação Humana, opção organizacional, agregam alunos da mesma faixa etária, tendo como eixo estruturante a vivência sociocultural de cada idade, compreendendo as características de cada período, infância, pré-adolescência e adolescência.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Sendo assim, a Secretaria de Educação de Jequié optou pela modalidade de Ciclo de Formação Humana por entender que a aprendizagem deve respeitar os ritmos individuais de aprendizagem. Considerando a formação integral baseada em Piaget, cada uma das fases são caracterizadas por formas diferentes de organização mental, possibilitando as diferentes maneiras do indivíduo relacionar-se. De forma geral, demarcam a importância das quatro fases apontadas pelo epistemólogo genético, sendo vistas como primordiais para organizar o currículo em função das características da estrutura biológica de cada indivíduo.

No processo ensino aprendizagem, busca-se uma lógica global com uma visão integrada do aluno, atentando para a sua autoestima e para a construção da identidade nos grupos de socialização, ou seja, é importante que o aluno continue no mesmo grupo de idade sem a ruptura das repetências. Se no final de cada ciclo não conseguir o desenvolvimento equilibrado em todas as dimensões, poderá permanecer um ano no ciclo, mas sem, contudo distanciar dos seus pares.

Um dos destaques da proposta pedagógica está em buscar construir uma nova concepção de educação, rica em diversidade e capaz de fomentar o respeito à individualidade de cada sujeito na sociedade, reconhecendo que todos são capazes de desenvolver potencialidades e, para tanto, busca o desafio de uma educação mais humana, sendo que caberá à escola ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte numa contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno (JEQUIÉ, 2008).

Na proposta, a escolarização regular contemplou as crianças de 6 anos e são estabelecidos três ciclos, com três anos cada, para o Ensino Fundamental. Os ciclos de formação agregam alunos da mesma faixa etária, tendo como eixo estruturante a vivência sociocultural de cada idade, compreendendo as características de cada período, infância, pré-adolescência e adolescência. O processo ensino aprendizagem persegue uma lógica global com uma visão integrada do aluno, atentando para a sua autoestima e para a construção da identidade nos grupos de socialização, ou seja, é importante que o aluno continue no mesmo grupo de idade



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

sem a ruptura das repetências. Se no final de cada ciclo não conseguir o desenvolvimento equilibrado em todas as dimensões, poderá permanecer um ano no ciclo, mas sem, contudo distanciar dos seus pares.

CONCLUSÕES

Por conseguinte, os posicionamentos apresentados ao longo do texto tiveram como objetivo mostrar como a noção de individualidade, modos de ser do sujeito, vai sendo traçada numa proposta pedagógica que privilegia a formação humana como principal ponto de partida. A concepção de ciclos de formação humana adotada na referida proposta implica em um processo de escolarização que considera as experiências formativas de uma criança e seu contínuo desenvolvimento, buscando dialogar com outro olhar sobre os educandos, reconhecendo-os como sujeito de direitos.

A proposta aponta que ao escolher o ciclo de formação humana em detrimento da seriação estão buscando romper com a fragmentação própria da lógica seriada, reconhecendo e defendendo o direito das crianças de aprenderem em seu tempo. A formação humana é apresentada como eixo de todo o trabalho pedagógico e a individualidade tem sido pontuada como prioridade em toda construção curricular.

No plano da imanência da elaboração teórica destas concepções, utilizamos a proposição elaborada por Miguel Arroyo para esboçar os traços delimitados por ele, os quais apontam as condições que lhe permite falar no contexto da educação brasileira em individualidade e em formação humana, pois temos de perceber as escolhas feitas pelo autor para propor uma concepção de individualidade pautada em um distanciamento dos sujeitos das suas condições de sujeição; além de uma formação humana que possa superar os processos de escolarização determinantes e impostas pelas escolas no Brasil.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

No plano das intervenções da proposta no Município de Jequié, devemos avaliar a constituição das práticas discursivas no sentido de esboçar como na construção dos processos formativos as práticas se dizem e se fazem sujeitos com individualidade e formação que se intencionam como humanas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Imagens Quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BAHIA, Prefeitura Municipal de Jequié. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Departamento Pedagógico. **Diretrizes curriculares do Ensino Fundamental do município de Jequié**. Jequié, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações gerais. Brasília, DF: MEC/SEB, 2004.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: Capitalismo e esquizofrenia 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- _____. **O que é a filosofia?** 3. ed. Trad. Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.